

UNEMAT Editora

Editor

Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisor

Autores

Diagramação

Ricelli Justino dos Reis

Capa

Ricelli Justino dos Reis

Copyright © 2014 / Unemat Editora

Impresso no Brasil - 2014

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenador /Organizador: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 4, nº. 1, (2014) . 274 p.

Modo de acesso:<<http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural. 1. Unemat Editora. Departamento de História de Cáceres.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil -

78200000

UNEMAT
EDITORA

Fone/Fax 65 3221-0000 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Revista



Dossiê: Ensino de história e história da educação: caminhos de pesquisa
(Volume I) - [2014/I]

SOBRE PROVAS OBJETIVAS E A INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA

Igor Antonio Marques de Paiva¹

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

xigorpaivax@gmail.com

RESUMO: O presente texto discute o paradoxo posto pela crítica epistemológica que afirma a legitimidade da pluralidade de leituras e interpretações nos processos históricos, e o fato das Ciências Humanas lidarem – por opção ou força do mercado educacional – com provas de questões de tipo objetiva em concursos e vestibulares. A discussão se centra em um caso exemplar de exercício. A partir dele e da historiografia sobre a História do Brasil do século XIX, busca-se dar a ver os desafios postos pela atualmente inelutável conciliação entre o exercício crítico sobre o passado e sobre o conhecimento acerca dele, e a necessidade do professor em dar apoio à preparação dos estudantes da educação básica para provas objetivas.

Palavras-chave

Educação/ Avaliação/ História do Brasil Império

ABSTRACT: This paper discusses the paradox posed by epistemological critique that claims the legitimacy of the plurality of readings and interpretations in historical processes, and the fact of the Humanities need to deal - by choice or force by educational market - with multiple choice questions tests in entrance exams to engage on public institutions or universities. The discussion focuses on an exemplary case of exercise. From it and historiography about nineteenth-century History of Brazil, the aim is to see the challenges posed by the currently inescapable reconciling critical exercise about the past and about his knowledge, and the need for teacher support in the preparing of basic education students for objective tests.

Keywords

Education/ evaluation/ History of Brazil Empire

1. *Visões de mundo e leituras distintas: questão problema*

Este texto nasceu de uma inquietação: a associação necessária entre conceitos historiográficos, pesquisa e ensino. E suas primeiras linhas são, na verdade, uma imagem refletida a partir de uma miscelânea de papéis que estavam bagunçadamente distribuídos sobre a minha mesa de trabalho. Diários de viajantes, cartas impressas, biografias e ensaios sobre a ciência dos Oitocentos concorriam pelo espaço destas linhas de introdução com duas imagens – cujas páginas estavam devidamente marcadas – do meu exemplar da “História da Arte”, de Ernst H. J. Gombrich.²

1 Este trabalho é parte da pesquisa de Doutorado que desenvolvemos como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2 GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Tratava-se, uma delas, do retrato do “Casal Arnolfini” feito pelo pintor Van Eyck (1390-1441) em 1434. Sobre a cena do esponsal doméstico representado pelo artista holandês na tela, disse Gombrich, era como se um “simples recanto do mundo real tinha sido subitamente fixado num painel como por mágica”. Isso por que, avalia o Gombrich, “não lhe faltava nada”. Além dos protagonistas, “o tapete e os chinelos, o rosário na parede, a pequena escova ao lado do leito e as frutas no parapeito da janela e sobre a arca”. Esta característica seria como uma identidade da arte do da Europa setentrional desde os *Quatrocentos*, realizar “a ilusão da natureza mediante a paciente adição de detalhe após detalhe, até que a totalidade de seu quadro se convertesse num espelho do mundo visível”.³ A segunda imagem era o “Martírio de São Sebastião”, retábulo de 1475, do artista florentino Antonio Pallaiuolo (c.1432-1498). Esta dava continuidade ao *savoir faire* dos mestres florentinos do círculo de Brunelleschi (1377-1446). Entre eles, a natureza podia ser representada num quadro com exatidão quase científica: geométrica. “Começavam com uma estrutura de linhas em perspectiva e construía o corpo humano através do conhecimento de anatomia e das leis do escorço”.⁴ Todavia, a tarefa de copiar a Natureza impunha desafios aos artistas. A composição equilibrada e harmoniosa foi posta em risco e de maneira clara, os artistas florentinos – dentre os quais Pallaiuolo – se dispuseram deliberadamente a solucionar o problema. Pallaiuolo pinta S. Sebastião amarrado a um poste cercado por seis carrascos. Esse grupo forma um desenho regular em forma de um triângulo acentuado – notou Gombrich. Cada carrasco de um lado corresponde a uma figura semelhante, a mesma, porém em contramovimento, do outro lado. Através de “regras definidas”, o artista tentou equalizar as técnicas de perspectiva e a composição harmoniosa, aprazível e satisfatória com a finalidade de “apresentar uma história sacra aos fiéis, de uma forma clara e impressionante”.⁵

Estas imagens, ao modo como apresenta Gombrich, apresenta-nos duas atitudes distintas de apreensão da imagem da Natureza. A primeira preza pelo detalhe, pela variabilidade em uma leitura minimalista do Mundo. A outra, em nome da clareza, apresenta sobriamente o martírio de S. Sebastião a partir de regras de simetria, com o fito, declarado, de comunicar o essencial – exemplar – da vida do santo católico. Os acúmulos de detalhes infligiam o risco da poluição visual e da dispersão da narrativa a ser comunicada ao observador.

Estes dois caminhos à verossimilhança nos *Quatrocentos* da história da arte europeia levaram-me finalmente ao problema deste artigo. Há um dilema ao professor de história posto pelo descompasso entre o desenvolvimento das discussões teóricas e da narrativa histórica e quaisquer questões pontuais, cotidianas, da prática docente: a avaliação, em especial.

Afinal, no fluxo da física quântica, abriu-se um campo no qual a possibilidade de construir uma lei única para uma explicação de um fenômeno foi estilhaçada à medida que não existem coisas com qualidades intrínsecas. Na teoria quântica, “os físicos não lidam com “coisas”, mas com interconexões” – esclarece Montenegro.⁶ Enquanto na

3 GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC,2008, p.179-181

4 GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC,2008, p.180-181

5 GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC,2008, p.262-3.

6 MONTENEGRO, A. Torres. 2006. “Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo”. Estudos Ibero

História, de forma similar, escreveu Foucault: “o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”.⁷ Nesta operação, ao *rachar as palavras*, a análise histórica se direciona as relações, os percursos, as práticas. Porque, continua Montenegro, “através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão, que *desnaturalizem* a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra”.⁸

Como o professor deve avaliar os estudantes diante de uma linguagem aberta à multiplicidade, das possibilidades várias de interpretação e perspectivas acerca de um mesmo fenômeno? Mais precisamente, como deveriam são elaboradas questões “objetivas” à frente das Ciências humanas que questiona a “objetividade” da relação unívoca entre “conceito” (palavras) e o “fenômeno” (coisas).

Volto meu olhar para minha bagunçada mesa de trabalho e me pergunto: devo me comunicar e orientar a pesquisa bibliográfica de estudantes da educação básica, que, fatalmente, vão se deparar uma hora ou outra com “questões objetivas”, para leituras que lembram a sincronia, a síntese e, sobretudo, clareza, defendida pelos “mestres florentinos” dos *Quatrocentos*? Ou me seria mais apropriado o esforço de conhecer e comunicar a literatura historiográfica ao modo como pintores holandeses, privilegiando o detalhe e compondo uma visão geral a partir da multiplicidade de coisas (fatos) e individualidades (interpretações) que a compõe? A forma mais apropriada de por esta questão é, certamente, a partir de um caso concreto.

2. O caso: questão 23

Na prova para Concurso para Professor de História para o Instituto Federal de Mato Grosso (edital N°27), 11/04/2014, elaborada pela Coordenação de Concursos e Vestibulares (CEV) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na questão 23, da área específica aparece o enunciado seguinte:

Durante o século XIX, o Brasil começou [sic.] construir um projeto de identidade nacional. Em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a partir daí uma geração de intelectuais produziu textos sobre diferentes aspectos da História do país. Sobre esta temática, é correto afirmar (CEV-UFMT-2014):⁹

A resposta correta, em “Gabaritos e Cadernos de Prova” diz:

[...] B) Os intelectuais daquela época enfrentaram à luz de seu tempo o desafio de construir uma ideia de nação e de homem brasileiro a partir do legado colonial (escravista), como uma mescla de raças, ocultando a

-americanos, Porto Alegre, 22 (n.1):47.

7 FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.5.

8 MONTENEGRO, A. Torres. 2006. “Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo”. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, 22 (n.1):47.

9 CEV (UFMT). Prova de Concurso para Professor de História Instituto Federal de Mato Grosso. Edital: 27-11/04/2014. [On-line] junho de 2014. Disponível na World wide web: Disponível na World wide web <http://www.cev.ufmt.br/vestibular/concursos/ifmt2014/cadernodeprovas/pebtt/historia.pdf>

dominação branca sob a tese da miscigenação (CEV-UFMT-2014)¹⁰

A questão apresenta o projeto iniciado nos anos finais do Período Regencial para o estabelecimento dos pilares temáticos para a escrita da História oficial do Brasil. A História, para o IHGB, teria o papel de construir uma identidade a Nação e ao “homem brasileiro”. Na alternativa apontada como correta, a “B”, o tipo “brasileiro”, segundo este projeto, seria o resultado da “mescla de raças”: do branco, negro e indígena. A oração final da alternativa, contudo, termina afirmando que o projeto historiográfico do IHGB tinha com este olhar (vendo a história pela miscigenação) o interesse de narrar à formação do Brasil “ocultando a dominação branca sob a tese da miscigenação”.

Este exercício ilustra o problema discutimos, pois a elaboração um tanto geral do enunciado já nos revela algo da generalidade estereotipada que fica em desacordo com as Ciências humanas que abandonou a unicidade da relação sujeito-objeto mediada pelos conceitos.

A alternativa “B” parafraseia, ao que parece, uma frase do historiador José Carlos Reis. A frase original está na obra *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC* (2006), no capítulo 1, nomeado: “Anos 1850: Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa”. Na questão discutida, porém, como aparece de forma descontextualizada, figura com um sentido – ao menos em uma leitura possível – distinto da frase original.

Vejamos agora o porquê do sentido da oração do modo como aparece na prova do Concurso figura-nos como problemático e exemplar para as dificuldades de se conciliar o *savoir-faire* e os paradigmas epistemológicos das Ciências humanas com meios ditos “objetivos” de avaliação.

A frase referência para a alternativa é, certamente, esta: “Pensou-se o Brasil com o conceito de “raça” e a sociedade brasileira como uma mescla de raças. A dominação branca se ocultava sob a tese da miscigenação democrática”.¹¹ Esta frase de efeito, porém, já aponta o título do artigo, não se encaixa num contexto da “ocultação” ou mesmo um *silenciamento* da dominação branca. A história do Brasil de Varnhagen é, antes de tudo, segundo José Carlos Reis, a afirmação apoteótica da dominação europeia no Brasil com o advento da colonização.

3. Varnhagen em *Identidades do Brasil* e uma carta para Martius

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) foi o lugar privilegiado, segundo Reis, da produção histórica durante o século XIX. Institui-se como “lugar que condicionara as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional”.¹²

Pela semelhança entre as formulações da frase na alternativa “B” e a afirmativa de José Carlos Reis não resta dúvida que o sujeito da oração: “Os intelectuais daquela época”, oculto na dita alternativa, alude ao desde 1841, primeiro-secretário do IHGB,

10 CEV (UFMT). Prova de Concurso para Professor de História Instituto Federal de Mato Grosso. Edital: 27-11/04/2014. [On-line] junho de 2014. Disponível na World wide web: http://www.cev.ufmt.br/vestibular/concursos/ifmt2014/gabarito/pebtt/gabarito_docente.pdf

11 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.31.

12 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.26.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e aos desenvolvedores da proposta de interpretação da História do Brasil que consta nos volumes de sua autoria.

A sua grande obra foi a *História geral do Brasil* (1854-1857), e Varnhagen expressa assim o projeto da obra:

Como e quando se inteirou Portugal da existência do legado do Tratado de Tordesilhas, como o descuidou a princípio e o beneficiou e aproveitou depois e, finalmente, como, através de muitas vicissitudes, guerras, veio a surgir um novo império a figurar na orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dinastias de nossos tempos – tal é o assunto da presente história (APUD.REIS 2006, p.39).

A História do Brasil teria início com os processos de conquista de Portugal sobre as terras que vieram a corresponder a colônia Brasil. Daí, o encontro das raças formadoras da sociedade brasileira, o branco, o negro e o índio. “Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa” – avaliou Reis. Na atmosfera intelectual de fortalecimento de teses antropológicas da superioridade caucasiana e popularidade de discursos eugenistas,¹³ Varnhagen narrou a História do Brasil “naturalizando” a dominação portuguesa. Por isso, silenciou tensões e resistências, e fez do domínio lusitano o fio de continuidade que interligava harmoniosamente o período Colonial ao posterior a Independência.

Afinal, na narrativa Varnhagen, *como se* um fato biológico, ilustra que “se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior”. Ademais, os brancos são portadores daquilo de que uma nação precisa para se constituir soberana. Isto é, “a lei, o rei, a fé, a razão”. “Aos vencidos, resta a exclusão, a escravidão, a repressão e a assimilação pela miscigenação, isto é, pelo braqueamento racial e cultural”.¹⁴

Na interpretação histórica de Varnhagen, segundo Reis, “as tendências nativistas do IHGB não eram fortes. A exaltação do indígena, ele a considerava injusta com os colonizadores”.¹⁵ Os índios que eram tomados pelo IHGB, por um gosto romântico, como o marco originário da História do Brasil. Porém, a Varnhagen, a ocupação portuguesa era vista como o marco inicial da civilização e verdadeiro tema com mérito para a “exaltação”. Afinal, Reis continua em diálogo com a pesquisadora Odália, a narrativa de Varnhagen “revela a ideologia histórica que legitima o processo de dominação social inerente à jovem nação brasileira”.¹⁶

A tomada de posição, segundo Reis, sem o nativismo do IHGB de Varnhagen ganha algumas cores a mais com a exploração de sua correspondência trocada com o naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Martius,

13 Para isso ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças - Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

14 APUD. REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.33-34.

15 REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.29.

16 REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006,p.29

em companhia de Spix, zoólogo, havia viajado pelo interior do Brasil entre 1817 e 1821. Embora o naturalista tenha se dedicado especialmente a publicação da *Flora Brasiliensis* (1840-1906), se debruçou ao longo dos anos sobre seus diários de viagem que registraram a convivência com as populações indígenas do território brasileiro. Seguindo os rigores da antropologia de Blumenbach (1752-1840),¹⁷ estudou os corpos indígenas mensurando-os e analisando o seu crânio para verificar o seu lugar no quadro (lineano) classificatório das raças. Além de defender os índios brasileiros como exemplares únicos da raça americana, Martius considera que todas as raças humanas possuem virtudes inatas e se desenvolve em um movimento que lhe é próprio, a partir do seu meio ambiente.¹⁸

As descrições “objetivas” de Martius relacionam a classificação sistemática racial com características fisionômicas faciais, assim associando julgamentos e avaliações de caráter das pessoas a partir de critérios raciais. Apatia, indolência, reticência, timidez, melancolia, descontentamento, letargia, instabilidade, glotonaria e depravação são palavras pejorativas em destaque para o caráter da “raça americana”. Ainda que uma boa índole do caráter fleumático do índio paulista (útil às guerras de conquista) seja tomada com reflexos de algo positivo, liga-se a inércia - escreve Frederik Schulze no artigo “*Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius*”.¹⁹

Para compreender a forma como a dominação dos portugueses era significada no Brasil do século XIX – segundo a versão de Martius – e o lugar especial desta dominação na História do Brasil, é necessário o esforço de por em pauta as classificações acerca da “raça americana”.

No artigo “Observações sobre o legado da expedição bávara do Brasil”,²⁰ Jörg Helbig avaliou:

[...] Spix e Martius tinham uma profunda convicção da superioridade da raça e da cultura brancas, num grau que essa postura pode ser avaliada não apenas de eurocêntrica e sim, inclusive, de racista. Neste sentido, diferenciam-se de outros viajantes contemporâneos, como Alexander von Humboldt e o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Em segundo lugar, era evidente para Spix e Martius que não devia ser permitido aos índios agir

17 Blumenbach (1752-1840) na obra *De generis humani varietate nativa* (1775) era preocupado com as características físicas, acima de tudo, as que contribuía para fundação de uma sistemática com padrões lineanos de craniologia. Na explicação da formação das raças, Blumenbach considera o clima o principal fator para a degeneração que levou às diferenciações de um homem primitivo anterior as variações dos tipos humanos. Os “gêneros” humanos, isto é, as raças, para Blumenbach eram: Caucasião, Mongol, etíope, americano e malasião. A cor da pele, cabelo, olhos, expressões faciais, forma do crânio, em segundo plano a dentição, orelhas, peito, genitais, pernas, pés, mãos e estatura são as partes do corpo definidoras das características que separam os gêneros raciais. Para uma abordagem abrangente a filosofia natural de Blumenbach, ver: RICHARDS, R. J. 2000. “Kant and Blumenbach on the Bildungstrieb: A Historical Misunderstanding”. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*. Amsterdam, 31 (01): 11-32.

18 SCHULZE, Frederik. 2008. “Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius”. Porto Alegre, Revista Contingentia, 3 (02): 125.

19 SCHULZE, Frederik. 2008. “Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius”. Porto Alegre, Revista Contingentia, 3 (02): 126.

20 HELBIG, Jörg. **Observações sobre o legado da expedição bávara ao Brasil**. In: Um Brasil para Martius. Rio de Janeiro, Fundação Miguel Cervantes, 2012, pp. 34-81.

por conta própria e, sim, que o Estado tinha a obrigação de transformá-los em cidadãos úteis (HELBIG 2012:41).

Nos “Informes” de Martius, escritos durante viagem no interior do Brasil, comentou sobre indígenas que conviveu:

Para nós, esses homens possuíam características muito singulares, seu aspecto desconfiado, que é muito parecido ao de loucos e indivíduos escapados de presídios, uma presença intimidante, particularmente quando apreciam animados pela vinhaça [cerveja de milho] e começam a dançar à maneira dos negros (De Vila Rica, 26.4.1818) (APUD.HELBIG 2012:43)

Após sete dias com indígenas, consta na sua narrativa de viagem (“Reise in Brasilien”), ficaram aliviados ao “abandonar esse lugar sombrio, onde nos sentíamos como se estivéssemos rodeados de dementes”.²¹ Ainda na narrativa de viagem, descreve,

Apesar de que a fisionomia lamentável dos Coroados, Puris e Coropó nos havia deixado com uma sensação de compaixão, ainda hoje é muito mais profunda a impressão que provoca a presença de homens cujo horroroso aspecto exterior não apresenta quase que nenhum traço de humanidade (APUD.HELBIG 2012:44).

Finalmente, em papéis enviados para familiares e amigos durante a viagem:

Navegamos juntos [a índios] por ele [o Amazonas] até Ega ou Tefé. Daí, o amigo Spix continuou pela corrente principal até Tabatinga [...] e eu penetrei através do rio Japurá [...]. Com os Miranha [...] fiquei 15 dias. Tive ocasião de ver a sua natureza humana nos seus aspectos mais horríveis. Com estes filhos das trevas senti que quase poderia me transformar num louco ou num demônio! A minha alma treme quando penso que existe esse tipo de seres humanos” (17.05.1820) (APUD.HELBIG 2012:44-5).

Para o autor do projeto de História do IHGB a dominação branca é algo próximo a uma condição Natural e estava no centro do passado e dos problemas do futuro para o jovem Império do Brasil. A herança colonial refletida na miscigenação formadora do “homem brasileiro”, em Martius, não leva no ocultamento da dominação branca; pelo contrário, a unidade necessária para se narrar a história do Brasil se encontra justamente nos fatos e características que remetem a tal dominação: os “heróis” de pele clara e os símbolos maiores da unidade – a Coroa e o Império. Vide os índios: Martius os compreendeu muitas vezes como os tipos europeus que eram incapazes de governarem-se a si mesmos. No apogeu da Biopolítica,²² os ditos nativos eram o reflexo das condições morais e intelectuais dos homens encarcerados nos hospitais, manicômios e presídios das cidades bávaras freqüentadas pelo naturalista viajante. Como “loucos”, “animados por vinhaças” e como “indivíduos escapados de

21 APUD. HELBIG, Jörg. Observações sobre o legado da expedição bávara ao Brasil. In: Um Brasil para Martius. Rio de Janeiro, Fundação Miguel Cervantes, 2012, p.43.
22 FOUCAULT, Michel. “Aula de 17 de Março de 1976”. In: Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 285 315.

presídios” são os índios para o jovem Martius um tipo comum aos enclausurados sob custódia do Estado na Europa moderna. Por isso, dominá-los era protegê-los e elevá-los a Civilização – segundo a cultura eurocêntrica do tempo do naturalista Bávaro.

A História do Brasil deveria ligar-se, portanto aos outros filamentos raciais. Os paulistas figuram derivados da miscigenação, especialmente, índios e europeus. Esta mestiçagem aparece na *Reisen in Brasilian* quando Martius aponta a especificidade feliz de São Paulo em sua trajetória histórica mais industriosa entre as províncias da colônia Brasil. O clima temperado e o caráter fleumático do índio favorecem atividades arrojadas com guerras nos domínios provinciais espanhóis e a caça por ouro – pois o clima e a mestiçagem com os caucasianos teriam suavizado os efeitos negativos da raça americana no mestiço paulista.

Enfim, a história global era compreendida pelos vetores das propensões morais e qualidades do caráter das raças – contar a história passa por considerar o perfil racial dominante no território. Negros, índios e asiáticos - de caráter astuto e ladrões como os americanos -²³ eram sublimados *como se* por um efeito biológico pelo europeu. Para Martius não há dúvida de que a raça branca é o ponto mais dominante e, portanto, valorizado entre as outras raças. Na história do Brasil, os portugueses, exploradores e nobres pelo seu caráter, Martius postulou – como naturalista – serem os protagonistas na definição do desenvolvimento histórico do jovem Império do Brasil.²⁴

Aos nossos interesses sobressai o papel de Carl F. Martius ao IHGB e o seu ensaio: “*Como se deve escrever a história do Brasil*” (1845). O texto deveria servir como um manual de referência para escrita da História do Brasil. Sobre o contexto desse ensaio, escreveu Reis:

O IHGB, em 1840, estabeleceu um prêmio para quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil. O texto premiado foi o do botânico e viajante alemão Karl Philipp von Martius. Na sua monografia intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicada na Revista do IHGB, em 1845, Von Martius definiu as linhas mestras de um projeto histórico capaz de garantir uma identidade ao Brasil. Surgiu do seu projeto

23 Chineses e Americanos são ambos, de caráter astuto e ladrões: [...] “Auch der misstrauische, hinterlistige, wie man behauptet, nicht Selten diebische Charakter und der Ausdruck kleinlicher Sinnesart und mechanischer Bildung zeigen sich in beiden Stämmen auf ähnliche Weise”. SCHULZE, Frederik. 2008. “Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius”. Porto Alegre, Revista Contingentia, 3 (02):126.

24 Citação Martius: diário de viagem sobre a superioridade fisiológica, moral e na definição do progresso histórico dos caucasianos sobre as outras raças: “Diese Erfahrung schien uns die Ansicht zu bestätigen, auf welche der Physiolog durch viele andere Verhältnisse hingewiesen wird, dass der Europäer an Intensität des Nervenlebens die gefärbten Menschen übertreffe, und auf eine ganz spezifische Weise, sowohl somatisch als psychisch die übrigen Rassen beherrsche. Es ist schon von mehreren sinnreichen Schriftstellern bemerkt worden, dass die einzelnen Rassen, wenn auch gleichförmig organisirt, doch in verschiedenen Beziehungen mehr oder weniger vollkommen qualificirt seyen, und namentlich den Europäer eine höhere Ausbildung der geistigen Organe und Kräfte für die geringere niedriger Facultäten entschädige. [...] Freiheit, begründet durch ein lebendiges moralisches Bewusstseyn, und entwickelt durch die Herrlichkeit der Religion und ächter Wissenschaft hat dem Europäer den Stempel von Würde und Hoheit aufgedrückt, welche ihn bisher fast unbewusst siegreich durch alle Welttheile führten, ihn unter den rohen Kindern der Natur [...] beschützen, und Ehrfurcht überall um ihn her verbreiten” SCHULZE, Frederik. 2008. “Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius”. Porto Alegre, Revista Contingentia, 3 (02):126.

a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil-nação, que se estranhou profundamente nas elites e na população brasileira. Von Martius lançou os alicerces do mito da democracia racial brasileira. Para ele, a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de Raças (Barata, 1974). No essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas do Brasil. O português foi o inventor e motor essencial do Brasil. Aventureiro, no Brasil, se sentiu livre da sua obediência ao rei, sentiu que nada tinha acima de si, e avançou para a conquista do interior. O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, como se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da Igreja e da escola; como chegavam as plantas e árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar, ainda, como chegavam as ideias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. Quanto às demais raças, o historiador filantrópico, humano e profundo, cristão não poderá deixar de abordá-las. Deverá defender essas raças desamparadas (REIS 2006: p.26-27).

Como em Varnhagen, as outras raças devem ser coadjuvantes na narrativa da conquista empreendida pelos colonizadores e mesmo pelo desenvolvimento biológico no país. Sobre isto, escreveu Martius no “*Como se deve escrever a história do Brasil*”: “*Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica*”.²⁵ A dita dominação branca sobre negros e índios era como que Natural – nota-se a metáfora de um Cosmos onde em similitude providência, sangue e Natureza direcionam a absorção das *raças índia e etiópica* pelo elemento branco (português). Porém tal absorção do negro e índio nada tem de democrática. Ela é Imperialista e dominadora. Martius volta o tema em comentários sobre estudos etnográficos em um ensaio sobre a medicina indígena.²⁶ Lá ele disse:

[...] tais investigações [etnográficas] assumem ainda mais elevado interesse, se considerarmos que os primitivos brasíncolas serão lançados no grande redemoinho social e civil, de onde, mais cedo ou mais tarde, surgirá uma população remodelada e quase nova – a do Império Brasileiro; que nesse torvelinhar eles hão de perder, a mais e mais, suas características próprias e, finalmente, se extinguirão por completo, como membros independentes da grande família humana – conforme parece ter determinado o Espírito Universal (MARTIUS 1844: p.2).

No horizonte de expectativas de Martius, os indígenas estavam sob o dilema de desaparecerem por completo (como corpo e cultura) ou parcialmente. Para existir como raça (corpo), impõe-se desaparecer culturalmente. Julga que deveriam por acaso a sua condição de *membros independentes* ao abandonar sua cultura e formas de organizações sociais específicas em favor do domínio da norma imperial. A dominação

25 MARTIUS, Karl. F. P. von. 1956. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista de Historia de América, São Paulo, 42: 443

26 MARTIUS, Karl. F. P. von. Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos índios Brasileiros. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979, p.2.

do índio, em especial, tal como seu desaparecimento é “natural” no sentido literal do termo.

Ciente do plano de História de Martius, Varnhagen e o naturalista bávaro tiveram animada troca de cartas na década de 1850. As trocas epistolares teriam iniciado em 1839, quando o diplomata e historiador enviou desde Lisboa dois exemplares da sua obra *Reflexões Críticas* (1839) para Martius. Muitos temas foram discutidos. Personagens históricos, impressões sobre os naturalistas – por exemplo, o “pedante e atrevido Saint-Hilaire” – e especialmente, a visão sobre a história indígena. Discutindo o indígena na História Geral do Brasil, escreveu Varnhagen a Martius, de Madri, 13 de Maio de 1859:

No prólogo do 2º volume [,] torno a tratar dos Índios [,] para mostrar que neles não podem estar na nacionalidade brasileira e as glórias nacionais, quando somos regidos por um soberano de dinastia europeia, quando falamos português, quando somos cristãos (religião dos colonos da Europa), quando temos leis e códigos da Europa, quando é mais glorioso entronar nossa civilização na nação portuguesa abraçada com a Cruz de Cristo, que na selvageria canibal, e quando [,] finalmente [,] os Tupinambás nem se quer eram os donos legítimos da terra que [,] além de habitarem nômades [,] haviam invadido [,] expulsando outros (APUD.COSTA & DIENER: 368-369)

Entre Martius e Varnhagen há pontos discordantes sobre as origens dos indígenas. Todavia, o seu lugar na História do Brasil, como uma história das raças, parece estar assentado sobre as mesmas bases tanto ao naturalista como para o diplomata-historiador.

Na continuidade da crítica historiográfica a obra *História geral do Brasil*, comenta José Carlos Reis em diálogo com a avaliação de Varnhagen feita por Odália:

Seu patriotismo é parcial, unilateral: ele formula uma teoria da miscigenação visando ao branqueamento que “entranhou”. Em sua visão essencialmente política do Brasil, reconstrói o seu passado, dá sentido aos seus fatos e personagens e estabelece o seu futuro. Os sujeitos da história do Brasil são o homem branco e o Estado imperial. O passado colonial deve ser reconstruído como suporte de um Brasil branco e europeu.

Para ele, a plebe – índios, negros, cablocos, mamelucos, mulatos, pobres em geral – seria desequilibradora do Brasil grande, atrasava-o, desordenava-o, entravava o seu progresso. [...] Julgava sempre tudo e todos e justificou a dominação colonial, a submissão do povo, os direitos das elites. Ele defenderá a sociedade escravista e uma sociedade com cidadania restrita.²⁷

Como um último parecer de Reis sobre a *História Geral do Brasil*:

Varnhagen defende a presença portuguesa no Brasil, ele faz o elogio da colonização portuguesa [...]. A independência não foi prejudicial porque garantiu a continuidade do Brasil colonial no nacional: um Brasil

27 REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.32.

português. A independência não interrompeu o passado, melhorou-o. O Brasil continuava português, imperial e ainda por cima independente! A nação brasileira seria construída racionalmente pelo Estado imperial, autoridade indiscutível, absoluta. A independência não foi problemática porque o Estado não foi comprometido: continuava nas mãos da dinastia de Bragança. O Estado brasileiro será construído sob o modelo do estado português. A unidade deverá ser preservada a qualquer custo. O estado funcionará como um ímã da nação gigantesca: assegurará a ordem, a lei, a religião, a unidade. Ele continuará a ação civilizadora da Europa branca. O novo Estado Nacional garantirá o conservadorismo, a continuidade. O cristianismo sustentará o regime monárquico. A uniformidade cultura e a unidade nacional se fizeram com lutas sangrentas. [...] A unificação foi um processo violento, suprimindo toda discrepância, discordância, separatismo, mas indispensável à consolidação da nação brasileira. Varnhagen também considera a unidade nacional um valor sem preço. Ele apaga as tensões e considera a violência do Estado necessária, pois senão seria a fragmentação, com uma violência ainda maior, e o fim do Brasil.²⁸

Ao fim, menos que democracia racial, com áurea de fenômeno biológico, a dominação europeia encena em *História Geral do Brasil* a afirmação de cunho de *pseudociências* Oitocentistas da superioridade da raça caucasiana em oposição à *selvageria canibal* – citada na carta de Varnhagen a Martius. O silenciamento de tensões sociais, discrepâncias, discordâncias, separatismos me parece menos um enrede de democracia racial que o seu contrário: a naturalização da desigualdade e a justificação retórica da dominação europeia.

4. O retorno a questão 23

No modelo a partir do qual a *História Geral do Brasil* foi escrita, antes da colonização, observou Reis, havia apenas os índios, gentes vagabundas e fragmentadas em guerras constantes segundo a visão de Varnhagen.²⁹ Por isso a história do Brasil deste autor destaca “como, através de muitas vicissitudes, guerras, veio a surgir um novo império a figurar na orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dinastias de nossos tempos – tal é o assunto da presente história” – ele escreveu.³⁰ A conquista do colonizar é, portanto, o tema maior dos tomos da *História Geral do Brasil*.

Nesta lista de citações estão reunidas as características da obra historiográfica de Varnhagen segundo José Carlos Reis, a qual é à base da dita alternativa “B”, que definiu o projeto de História do Brasil do IHGB como narrativa de “uma mescla de raças, ocultado a dominação branca sob a tese da miscigenação” na prova objetiva do Concurso para Professor de História para o Instituto Federal de Mato Grosso. Varnhagen contou a história do Brasil selecionando como sujeito da história do Brasil o “branco” e o “Estado imperial”. Além disso, em detrimento das raças índios, negros e

28 REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.47.

29 REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.35.

30 APUD. REIS, J. C.. As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.39

mongóis: vinculou a ideia de miscigenação com a tese do “branqueamento” – segundo Reis e Odália. Forjar a identidade ao Brasil, no contexto da fundação do IHGB, parece pouco correspondente a narrativas que encenam a “mescla de raças” em enredos de ocultação “da dominação branca sob a tese da miscigenação”.

Primeiro, por que a frase, após identificá-la como paráfrase de José Carlos Reis, está inserida no texto original em argumentação que demonstra que a dominação colonial e por efeito, protagonizada por brancos, foi o tema único da versão de história oficial do Brasil feita por Varhnagen pelo IHGB. E sendo assim, ao contrário da alternativa “B”, que afirma tal história narrou “ocultando a dominação branca sob a tese da miscigenação” – é precisamente esta dominação branca que torna viável a narrativa da história do Brasil diante de variedade de sua população e extensão territorial.

Depois, Martius, quem definiu como se escrever a história do Brasil para o IHGB, classificou índios e negros como grupos raciais inferiores ao longo de sua vida intelectual. Neste sentido, dominá-los era um ato legítimo e sem qualquer constrangimento moral que fizesse o tema ser silenciado no programa proposto ao IHGB. Ademais, defendeu a Monarquia e a presença portuguesa como fator de unicidade para fazer possível uma narrativa histórica que evocasse a legitimidade de tal dominação branca e como exemplifica em *Como se deve escrever a história do Brasil* – disse: a “necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos”.³¹ Em última instância, não era pensável a ocultação da dominação branca na história do Brasil; pois sem ela, não haveria possibilidade de uma História do Império brasileiro.

5. Na sala de aula. Onde tudo se encontra

As comunicações de professores em sala de aula, na educação básica, especialmente, em absoluto não deixam na fora de sua prática cotidiana o peso das provas de tipo “objetiva” irão ter nos interesses dos estudantes que postulam ser aprovados em vestibulares ou concursos para cargos públicos que incorporam a História em sua grade. A educação como produto a ser consumido e a sua eficácia como saber é, para bem e para mal, medida pelo desempenho dos estudantes matriculados em tais tipos de seleções.

Neste mesmo cenário, temos as recomendações profundamente necessárias dos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN): apontando para o cultivo da relação entre a pesquisa e o ensino em sala de aula e definindo o papel da História no desenvolvido da crítica e reflexão.

Entre as imposições do mercado educacional e as necessidades pedagógicas, chegamos ao problema chave – a qual não temos resposta pronta – sobre como definir estratégias de formulação de questões de “tipo objetiva” que sejam adequadas aos padrões epistemológicos das Ciências Humanas desde meados de 1960. O desafio já esta posto. Discutem-se as possibilidades de interpretações múltiplas dos fenômenos, evoca-se, desde os livros didáticos, a compreensão de processos e as condições de possibilidades de grandes transformações históricas. Há um fluxo que tenciona a tornar

31 MARTIUS, Karl. F. P. von.1956. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista de Historia de América, São Paulo, 42:457.

professores e alunos numa equipe que monta versões sobre o passado ao modo de um grande, e necessariamente, incompleto, quebra-cabeça. Fato é que a educação tem-se reinventado em sua prática, pela força de novas mídias, pela aceleração da informação, pela flexibilização de hierarquias e novos padrões sociais. Ao que parece, tal como todo o conjunto, a dita “prova objetiva” (necessária para avaliações de massa) também busca uma roupagem mais adequada aos novos padrões de informação que operaram a *rotura das palavras* nas Ciências Humanas em geral.

Convido, agora, o leitor a voltar a minha mesa de trabalho e *fixar* novamente o olhar às imagens encontradas na obra *História da Arte* de Gombrich e citadas no início deste artigo. Pois se apresenta ao professor de História a tarefa de estimular em sala de aula o conhecimento que esmiúça a realidade – como pintores holandeses dos *Quatrocentos* – para fazer visíveis as práticas, os fios, as ligações que tornam interdependente os acontecimentos do passado e sua ligação processual com o presente. Por outro lado, como *mestres florentinos* do século XV, devem comunicar as regras do *métier*, as formulações sintéticas e conceitos que jogam a favor da clareza e do papel didático da História. Talvez, não poderia ser este um caminho para refinar a formulação de “questões objetivas” para estudantes que exercitam em salas de aula versões das Ciências humanas críticas ao positivismo do século XIX? Se não, ao menos, teríamos práticas educacionais que mune estudantes com armas mais seguras contra questões como a mencionada “23” do Concurso para professor de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976” In: Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 285 315.
- GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC,2008.
- HELBIG, Jörg. “Observações sobre o legado da expedição bávara ao Brasil”. In: DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. Um Brasil para Martius. Rio de Janeiro: Fundação Miguel Cervantes, 2012, (Memória do Saber), pp. 34-81.
- MARTIUS, Karl. F. P. von. Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos índios Brasileiros. 2º Edição, São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. Coleção Brasileira, vol.154.
- MARTIUS, Karl. F. P. von.1956. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista de Historia de América, São Paulo, 42: 433-458.
- MONTENEGRO, A. Torres. 2006. “Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo”. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, 22 (n.1) :41-62
- REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC. 8ºed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RICHARDS, ROBERT J. Kant and Blumenbach on the Bildungstrieb: A Historical Misunderstanding. Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci., Vol. 31, No. 1, pp. 11–32, 2000.
- SCHULZE, Frederik. 2008. Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius. Revista Contingentia, 3 (2): 117-132.